

*Vila Rica - História e Economia*



1290001091



IE

TCC/UNICAMP D543e



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Economia

O Epílogo de Vila Rica:  
Uma análise econômica de Ouro Preto como  
Patrimônio Histórico da Humanidade

María Piñón Pereira Dias

RA: 981732

Monografia – Versão Final

Orientador: P<sup>rof</sup> D<sup>r</sup> Antonio Marcio Buainain

TCC/UNICAMP  
D543e  
IE/1091

FEBOCIEP

**265** - *Senhor de Matozinhos: este templo  
Os devotos fiéis a si convoca  
Por sua arquitetura, pelo sítio  
E, ainda muito mais, pelos prodígios  
Com que Deus enobrece a santa imagem.*

**270** - *Este famoso templo tem um carro,  
Comprado com esmolas, que carrega  
As pedras e madeiras, que ainda faltam.  
O comandante austero notifica  
A veneranda imagem, na pessoa*

**275** - *Do zeloso ermitão, para que mande  
O carro, com os bois, servir nas obras  
Mal lhe couber o turno da semana.  
Faz-se uma petição ao nosso chefe  
Em nome do Senhor, em que se alega*

**280** - *Que o carro, que ele tem, se ocupa, ainda,  
Na pia construção da sua casa;  
Que ele, Cristo, não tem nenhuma renda  
Senão esmolas tênues, que só devem  
Gastar-se no seu templo e no seu culto,*

**285** - *Conforme as intenções de quem as pede.*

*Apenas viu o chefe o peditório,  
Quis ao Cristo mandar, que lhe ajuntasse  
O título que tinha, porque estava  
Isento de pagar os seus impostos:*

**290** - *Que ele sabe mui bem que o mesmo Cristo  
Mandou ao velho Pedro, que pagasse  
A César, os tributos, em seu nome.  
E Cristo, figurado em uma imagem  
Não tem mais isenções, que teve o próprio.*

**295** - *Pegava o seu Matúcio já na pena,  
Quando lembra, ao bom chefe, o que decretam  
Os cânones da igreja, que concedem  
Que, para se fazerem obras pias,  
Até os sacros vasos se alienem.*

**300** - *Infere daqui logo, que este carro  
Não goza de isenção, porque, suposto  
Se possa numerar nos bens da igreja,  
Conforme as Decretais até podia,  
Neste caso, vender-se, por ser obra*

**305** - *Mais pia do que todas, a cadeia.  
Lança mão ele mesmo, então, da pena  
E põe na petição um - escusado -  
Com uns rabiscos tais, que ninguém sabe  
Ao menos conhecer-lhe uma só letra."*

**Dirceu (Tomás Antônio Gonzaga)**

*Cartas Chilenas – Excertos da 4ª Carta*

## ÍNDICE

<b>RESUMO</b> .....	4
PALAVRAS-CHAVE.....	4
<b>ABSTRACT</b> .....	4
KEY-WORDS.....	4
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>1 – CAPÍTULO 1 – OS Agentes Envolvidos</b> .....	8
1.1 - UNESCO.....	8
1.2 – O MINISTÉRIO DA CULTURA.....	12
1.2.1 - IPHAN.....	12
1.3 – GOVERNO ESTADUAL.....	13
1.3.1 – IEPHA.....	16
1.4 – GOVERNO MUNICIPAL.....	22
1.5 – OUTROS AGENTES.....	22
<b>2 – CAPÍTULO 2 – Ouro Preto: Patrimônio Histórico da Humanidade</b> .....	24
2.1 – A DECLARAÇÃO.....	24
2.2 – PROJETOS.....	26
2.2.1 – Projeto Monumenta.....	26
<b>3 – CAPÍTULO 3 – Ouro Preto: Problemas sob uma Ótica Microeconômica</b> .....	29
3.1 – PROBLEMAS ECONÔMICOS.....	30
3.2 – PROBLEMAS JURÍDICOS.....	37
3.3 – PROBLEMAS POLÍTICOS.....	39
3.4 – PROBLEMAS CULTURAIS.....	40
<b>CONCLUSÃO</b> .....	42
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	47

## **RESUMO**

A cidade de Ouro Preto foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1980. Vinte e três anos depois, a cidade não consegue manter seu patrimônio cultural preservado, e sofre com os problemas típicos de uma cidade que cresceu rapidamente. Esta monografia analisa a relação sócio-econômica entre os problemas e o fato de Ouro Preto fazer parte do Patrimônio Mundial.

### **PALAVRAS CHAVE:**

- OURO PRETO
- ECONOMIA
- PATRIMÔNIO
- UNESCO

## **ABSTRACT**

The city of Ouro Preto was included on the World Heritage List on 1980. Twenty three years later, the city can't maintain the preservation of the cultural heritage and suffer with the typical problems of a city that grown very fast. This work analyses the social and economical relation between these problems and the fact that Ourto Preto is part of the World Heritage.

### **KEYWORDS:**

- OURO PRETO
- ECONOMY
- HERITAGE
- UNESCO

## INTRODUÇÃO

*"Dorme, Ouro Preto, dorme  
Teu sono de solidão.  
Dorme, Ouro Preto, dorme  
O sono da mineração.  
Encobre, Ouro preto, encobre  
Teus espectros familiares,  
Tuas pobres almas penadas,  
No centro da cerração."*

Murilo Mendes  
*Acalanto de Ouro Preto* (in *Contemplanção de Ouro Preto*)

São muitas as definições de patrimônio cultural. Para Mario de Andrade, relator do projeto de lei que criou o Órgão de Proteção do Patrimônio Histórico Nacional, no ano de 1937, patrimônio histórico e artístico é o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, seja por estarem vinculados a fatos históricos memoráveis, seja pelo seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico<sup>1</sup>. Com o passar dos anos, essa definição foi mantida a sua essência, ficando mais abrangente na Constituição de 1988, quando os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, sendo portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, incluindo, além dos bens móveis e imóveis, as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, e ainda os sítios de valor ecológico, paleontológico, científico e paisagístico e artístico. A definição de patrimônio histórico alterada é a definição de patrimônio cultural<sup>2</sup>, usada hoje pelo Governo Federal, pelos Governos estaduais e municipais. A UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), define como patrimônio, o legado recebido do passado, o que se vive no presente e aquilo que é transmitido às futuras gerações; fonte insubstituível de vida e inspiração, ponto de referência da nossa identidade. Sendo patrimônio cultural, um conjunto de monumentos, grupo de edificações e locais que possuem valores históricos, estéticos, arqueológicos, científicos, etnológicos ou antropológicos. Para a Organização, existe uma categoria especial de patrimônio, o Patrimônio Mundial, que é excepcional pela sua aplicação universal, pertencendo a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estão localizados<sup>3</sup>. A cidade mineira em todas essas definições, ao menos teoricamente.

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei Nº 25.

<sup>2</sup> Artigo 216º da Constituição Nacional de 1988.

<sup>3</sup> Convenção Sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural

Fundada no século XVII (1712) pela descoberta do ouro de aluvião na região, Vila Rica logo se tornou a principal fonte da fortuna portuguesa, atingindo um alto grau de processo urbano. No século XVIII, a Capitania das Minas, transformou-se no centro econômico do Brasil, e sua sede, Vila Rica, transformou-se em uma pequena metrópole, prestigiosa e convergente. A sociedade mineradora teve um grande desenvolvimento cultural em função do enorme volume de ouro e à influência da religião, uma vez que a arte teve amplo campo de atuação nessa área. Arquitetos, escultores, músicos, poetas construíram o que seria chamado do maior legado do barroco brasileiro. O surgimento de um foco artístico e intelectual significativo na cidade ocorreu paralelamente ao esgotamento das reservas de ouro. Para evitar maiores perdas, a Coroa Portuguesa, através do Marquês do Pombal, estabeleceu para todas as casas de fundição que o *quinto* (a quinta parte de todo o ouro fundido na casa de fundição, e que era por lei, destinada a Coroa) deveria somar mais de 100 arrobas de ouro anuais, e caso esse valor não fosse alcançado, o governador lançaria uma *derrama* sobre os todos os moradores, mineradores ou não, proporcionalmente ao número de escravos que cada um possuísse a fim de cobrir a cota. Revoltados com os altos impostos e com a falta de liberdade, intelectuais, alguns membros da alta sociedade mineira, se reuniram em um movimento contra as autoridades portuguesas, no movimento que ficou conhecido como Conjuração Mineira. O movimento foi descoberto e seus membros foram deportados e presos, restando para Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) a morte por enforcamento e esquartejamento.

O tempo passou, Vila Rica tornou-se Ouro Preto e foi capital de Minas Gerais até o início da República, quando a capital do estado foi transferida para Belo Horizonte. Foi com os modernistas que Ouro Preto foi redescoberta, já que artistas como Mario de Andrade, Lúcio Costa e Tarsila do Amaral encontraram no Barroco de Ouro Preto, aquilo que buscavam de arte autenticamente brasileira<sup>4</sup>. Inspiração dos Modernistas, berço dos Inconfidentes e um dos mais belos exemplos de arquitetura barroca brasileira, em 1980 a cidade de Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, sendo a primeira localidade brasileira a receber tal título e a primeira cidade a ser declarada, quase que na sua totalidade, como Patrimônio Mundial.

De 1980 para cá, a cidade ganhou notoriedade internacional, passou a receber uma grande média de turistas por dia e o número de pousadas aumentou significativamente.

---

<sup>4</sup> Ver *Razões da Nova Arquitetura*, 1934.

Porém o que a UNESCO classificou como representação de obra-prima do gênio criativo humano, e testemunha excepcional de uma civilização que continua viva<sup>5</sup>, sofre hoje com uma série de problemas, alguns endêmicos na maioria das cidades brasileiras, tais como falta de infra-estrutura e saneamento, problemas na área da saúde, falta de segurança, corrupção. Outros, como a deterioração avançada dos edifícios, o descaso para com o patrimônio, a falta de incentivos e educação, além do turismo quase predatório, vêm descaracterizando o conjunto arquitetônico de Ouro Preto a tal ponto que a cidade incorre no risco de perder o Título de Patrimônio Cultural da Humanidade, podendo inclusive entrar na lista dos Bens em Perigo da UNESCO, junto com monumentos em países como Afeganistão e Etiópia.

O objetivo desta monografia é analisar o que aconteceu com Ouro Preto desde sua declaração como Patrimônio Histórico da Humanidade até hoje, do ponto de vista sócio-econômico.

---

<sup>5</sup> Critérios i e iii, de Classificação de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO.

## CAPÍTULO 1 **Os Agentes Envolvidos**

*"Incultos comandantes, que nem sabem  
Fazer um bom diário do que vendem!  
Concedo, caro amigo, que estes homens  
São uns grandes consultos, que meteram  
Os corpos do direito nos seus cascos."*

**Dírceu (Tomás Antônio Gonzaga)**

*Cartas Chilenas – Excertos da 4ª Carta*

Nestas mais de duas décadas de Ouro Preto como Patrimônio Histórico da Humanidade, alguns agentes muito significativos estiveram envolvidos no processo de desenvolvimento da cidade. De um lado, os agentes oficiais nacionais, tais como os Governos em todas as suas instâncias e seus Órgãos representativos, por outro lado, as entidades internacionais, como a UNESCO ela mesma e outras entidades ligadas diretamente ou não à UNESCO, além de ONG's locais, como a AMO Ouro Preto, e agentes de financiamento, como as empresas privadas e o BID (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento). Por fim, a população, os turistas e estudantes, que lotam a cidade a maior parte do ano.

### **1.1 – UNESCO**

Criada em 16 de Novembro de 1945 para promover a paz e os direitos humanos com base na “solidariedade intelectual e moral da humanidade”, a UNESCO é uma das agências das Nações Unidas (ONU). Surgida após a Segunda Guerra Mundial, uma das preocupações da agência, no âmbito cultural, era a preservação dos locais de importância cultural, nos mais diversos países. O motivo pelo qual alguns locais deveriam ser preservados, segundo a UNESCO, é o fato de que sem o apoio de outros países, alguns locais que possuem valor cultural e natural reconhecidos teriam se deteriorado ou mesmo desaparecido em alguns casos, frequentemente pela falta de fundos para preservá-los. Um evento, em especial, mobilizou a UNESCO nesse sentido: a construção da grande represa de Asuan, entre o Egito e Sudão, e que iria inundar os magníficos templos de Abu Sibel, legado do faraó Ramsés II. A UNESCO, em 1959, lançou uma campanha internacional envolvendo os governos dos dois países, um grande número de arqueólogos e técnicos, para acelerar as investigações arqueológicas no local, e os templos de Abu Simbel e Filae foram desmontados e trasladados a parte que

não seria inundada. O financiamento do projeto foi cerca de US\$ 80 milhões, sendo que US\$ 50 milhões foram doados por 50 países preocupados com a preservação e conservação de locais com valor cultural excepcional. A UNESCO iniciou em conjunto com o ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), a elaboração de um projeto de proteção do patrimônio cultural. Assim, em 16 de Novembro de 1972 foi aprovada a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural*, assinada por 170 países (até o presente momento), e que se propõe a aportar os recursos financeiros e intelectuais necessários para a proteção dos locais que fazem parte do Patrimônio Mundial.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) têm como proposta, promover a identificação, preservação e preservação do patrimônio cultural e natural no mundo inteiro e considerado especialmente valioso para a Humanidade. A missão do patrimônio Mundial da UNESCO é, em termos gerais: fazer com que todos os países assinem a *Convenção de 1972* e alertá-los da necessidade de preservação de seus próprios patrimônios culturais e naturais; estimular os Países Membros a apresentar locais para que sejam incluídos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, a qual é atualizada todos os anos na Convenção Anual do Patrimônio Mundial; incitar os Países Membros a estabelecerem uma metodologia para a elaboração de informes sobre o estado de conservação dos locais pertencentes à Lista do Patrimônio Mundial; ajudar os países a proteger os sítios do Patrimônio Mundial, fornecendo assistência técnica e formação profissional; fornecer assistência emergencial para os locais do Patrimônio Mundial que se encontrem em perigo imediato; promover a apresentação do patrimônio cultural e natural para o mundo; e fomentar a cooperação internacional no que tange a conservação do patrimônio cultural e natural.

Partindo do pressuposto que a natureza e a cultura se complementam, a Convenção do Patrimônio Mundial associa em um documento único, o conceito de conservação da natureza e preservação dos bens culturais. Para ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial, um local deve ser indicado pelo seu próprio país, juntamente com um plano mostre em detalhes como o local é administrado e protegido. As candidaturas dos diversos locais são analisadas nas Convenções Anuais do Comitê do Patrimônio Mundial com base em pareceres técnicos, elaborados pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), no caso dos bens culturais, e pela UICN (World Conservation Union), para áreas de importância natural. O ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property) prove

acessoria técnica quanto à restauração de monumentos, promovendo também cursos de capacitação, para os locais que foram incluídos na lista e para aqueles que pretendem serem incluídos. Os critérios que definem um bem como Patrimônio Mundial e que são analisados na Convenção anual são os seguintes:

<b>Bens culturais devem:</b>	<b>Bens naturais devem:</b>
i. representar uma obra prima do gênio criativo humano;	i. ser exemplos eminentes e sejam representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres, ou de elementos geomórficos ou fisiográficos significativos;
ii. ser manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, as artes monumentais, o planejamento urbano ou desenho paisagístico;	ii. ser exemplos eminentemente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e o desenvolvimento dos ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;
iii. ser testemunho único o pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização que continua viva ou que desapareceu;	iii. conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de beleza natural e importância estética excepcionais;
iv. ser um exemplo eminente de um tipo de edificação ou conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma etapa significativa ou etapas significativas da história da humanidade;	iv. conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a sua conservação <i>in situ</i> da diversidade biológica, incluindo aqueles que abriguem espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional desde o ponto de vista da ciência e da conservação.
v. constituir um exemplo eminente de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente se estão em uma situação de vulnerabilidade por efeito de mudanças irreversíveis;	

vi. estar associado diretamente ou de modo tangível, com acontecimentos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, ou com obras artísticas literárias de significado universal excepcional.

Fonte UNESCO

Também são importantes, critérios como a proteção, administração e integridade do bem. Mas de pouco adianta colocar um bem na Lista do Patrimônio Mundial se posteriormente o bem ou local se degrada, ou se algum projeto de desenvolvimento destrói as qualidades que inicialmente o tornaram apto para estar na Lista. Se um país não cumpre as suas obrigações derivadas da Convenção, corre o risco de que os seus bens sejam retirados da Lista, ou seja, se por algum motivo o bem é constatado algum perigo com relação ao bem pertencente à Lista do Patrimônio Mundial, e se o alerta se mostra verdadeiro e o problema é bastante grave, o bem será incluído na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, e os bens que estão nessa lista têm uma atenção especial e uma ação de emergência. Em casos urgentes, como o desencadeamento de uma guerra, o Comitê do Patrimônio elabora uma lista dos bens ameaçados sem necessariamente receber a solicitação oficial.

O financiamento e apoio financeiro para o Patrimônio Mundial vêm de um Fundo do Patrimônio Mundial, criado com a Convenção, em 1972, e que é formado por 1% das contribuições obrigatórias dos países à ONU (Organização das Nações Unidas), além de contribuições voluntárias. Outras fontes são as contribuições de alguns países com fins específicos, além da venda de produtos do Patrimônio Mundial (publicações principalmente), o que soma anualmente um volume ligeiramente menor que US\$ 3 milhões, valor bem restrito se considerada a magnitude da tarefa do Patrimônio Mundial, por isso o fundo é priorizado para os bens que estão na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. O Fundo também é utilizado em alguns projetos especiais de assistência internacional, assistência preparatória (ajudando a preparação da candidatura de um bem/local), cooperação técnica, formação, elaboração de informes, promoção do Patrimônio Mundial, material audiovisual e programas educativos.

No Brasil, a representação da UNESCO está localizada em Brasília, e possui alguns escritórios regionais em 5 estados brasileiros. Na área do Patrimônio Histórico, atualmente trabalha em um projeto com o Ministério da Cultura e financiado pelo BID (Inter-American Bank of Development), o Projeto Monumenta.

## 1.2 – O Ministério da Cultura

Com a missão de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiar e incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais<sup>6</sup>, além de formular e operacionalizar uma política que assegure os direitos culturais do cidadão, criar instrumentos e mecanismos que possibilitem o apoio à criação cultural e artística, o acesso aos bens culturais e distribuição destes, assim como a proteção e difusão do patrimônio cultural brasileiro, o Ministério da Cultura possui um Órgão responsável pelo Patrimônio Cultural, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

### 1.2.1 – IPHAN

Criado em 1937, durante o Governo de Getúlio Vargas, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tem como objetivos, pesquisar, promover, fiscalizar e proteger o patrimônio cultural, via a formulação e execução de políticas de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, além de promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos para a conservação e preservação do patrimônio, além de desenvolver estudos e pesquisas, visando à geração e incorporação de metodologias e normas e procedimentos para a conservação do patrimônio. O IPHAN também promove a identificação, inventário e documentação, além do registro, difusão e vigilância, além do tombamento, desapropriação, conservação, restauração, devolução, uso e revitalização do patrimônio cultural. Por fim, o IPHAN deve exercer os poderes discricionários e de polícia administrativa para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, aplicando as penalidades previstas por lei quando necessário<sup>7</sup>.

O IPHAN tem sua sede em Brasília, mas possui 15 superintendências regionais, 18 sub-regionais além de 3 unidades especiais, 20 museus regionais, 9 casas históricas, o Palácio Capanema e 7 escritórios técnicos.

---

<sup>6</sup> Artigo 215 da Carta Magna

<sup>7</sup> Lei Nº 8.029

### 1.3 – Governo Estadual

O Governo de Minas Gerais parte do princípio de que a aplicação de recursos em cultura é um investimento com retorno e, desse modo, deve ampliar a participação do setor no Orçamento do Estado. Segundo o Governo Estadual, torna-se fundamental que a Secretaria do Estado promova intensa divulgação dos mecanismos da lei para ampliar a captação de fundos em e para Minas Gerais.

Para o Governo, o envolvimento da iniciativa privada, das Organizações Não-Governamentais, das Associações de Amigos, das Universidades e das entidades culturais variadas deve permitir o aumento dos recursos disponíveis para o setor. Parcerias e convênios com os governos Federal e Municipal devem, em tese, contribuir para a viabilidade financeira de projetos e programas, principalmente para a formação de mão-de-obra qualificada, melhoria do produto artesanal, do atendimento turístico, etc. Para o Governo de Minas Gerais, recursos para a área cultural devem ser captados também no exterior. O BID e o Banco Mundial dispõe de programas de apoio à cultura, ao artesanato, as áreas de proteção ambiental, ao patrimônio histórico<sup>8</sup>.

Entre os anos de 1999 e 2002, existia uma proposta estadual de envolver o Governo Federal e mesmo outros países na preservação das Cidades Históricas de Minas:

- Santa Bárbara
- Catas Altas\*
- Mariana
- Ouro Preto
- Ouro Branco
- Congonhas do Campo
- São João Del Rei
- Tiradentes
- Diamantina
- Conceição do Mato Dentro\*
- Caeté\*
- Serro\*

---

<sup>8</sup> Ver Projeto Monumenta

\* Este município não recebeu nenhum projeto no ano de 2002

O plano das cidades históricas deveria rapidamente oferecer respostas econômicas, através do turismo, e gerar considerável número de novos empregos.

Para a captação de recursos para a cultura junto às empresas, a Lei Estadual de Incentivo a Cultura<sup>9</sup> prevê a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. A dedução, efetuada mensalmente, no imposto da empresa é menor ou igual a três por cento (3%) do valor do ICMS devido no período, é iniciada trinta dias após o efetivo repasse dos recursos para o empreendedor cultural.

Dentre aqueles projetos que podem ser beneficiados por tal lei, estão os projetos de preservação e restauração do patrimônio histórico e cultural:

Cidade	Projetos	Valor	População
Belo Horizonte	752	R\$ 38,533,079	2,238,526
Ipatinga	71	R\$ 2,258,248	212,496
Uberlândia	40	R\$ 1,220,000	501,214
Ouro Preto	28	R\$ 1,987,384	66,277
Cataguases	22	R\$ 1,156,000	63,980
Juiz de Fora	20	R\$ 925,940	456,796
Mariana	16	R\$ 750,504	46,710
Viçosa	15	R\$ 585,000	64,854
Divinópolis	14	R\$ 447,000	183,962
Nova Lima	12	R\$ 425,000	64,387
Contagem	12	R\$ 378,600	538,017
Ubá	11	R\$ 382,616	85,065
Poços de Caldas	11	R\$ 261,134	135,627
Montes Claros	10	R\$ 523,000	306,947
Coronel Fabriciano	9	R\$ 628,600	97,451
Itaúna	8	R\$ 360,000	76,862
Leopoldina	8	R\$ 298,000	50,097
Governador Valadares	8	R\$ 286,125	247,131
São João Del Rei	6	R\$ 540,000	78,616
Varginha	6	R\$ 332,000	108,998
Ouro Branco	6	R\$ 179,000	30,383
Três Pontas	6	R\$ 155,000	51,024
Itabira	5	R\$ 350,000	98,322
Barbacena	5	R\$ 339,000	114,126
Timóteo	4	R\$ 320,000	71,478
Uberaba	4	R\$ 304,000	252,051
Pouso Alegre	4	R\$ 160,000	106,776
Sabará	4	R\$ 160,000	115,352
Mar de Espanha	4	R\$ 55,124	10,567
Ituiutaba	3	R\$ 160,000	89,091
Carmo do Rio Claro	3	R\$ 150,000	19,732
Betim	3	R\$ 120,000	306,675

<sup>9</sup> Lei nº 12.733

Araxá	3	R\$ 115,000	78,997
Santos Dumont	3	R\$ 95,000	46,789
Alfenas	3	R\$ 84,900	66,957
Lagoa Santa	3	R\$ 80,000	37,872
Pará de Minas	3	R\$ 80,000	73,007
Nazareno	3	R\$ 17,200	7,240
Cordisburgo	2	R\$ 200,000	8,522
Santa Bárbara	2	R\$ 190,000	24,180
Carmo da Mata	2	R\$ 130,000	10,400
Santa Luzia	2	R\$ 130,000	184,903
São Brás do Suaçuí	2	R\$ 100,000	3,282
Minas Novas	2	R\$ 68,000	30,646
Arcos	2	R\$ 60,000	32,687
Itabirito	2	R\$ 55,000	37,901
Santo Antônio do Amparo	2	R\$ 50,000	16,109
Pedro Leopoldo	2	R\$ 45,000	53,957
Muriáé	2	R\$ 35,000	92,101
Pirapora	1	R\$ 250,000	50,300
Caratinga	1	R\$ 100,000	77,789
Caetanópolis	1	R\$ 90,000	8,571
Belo Vale	1	R\$ 80,000	7,429
Estrela do Indaiá	1	R\$ 80,000	3,597
Machado	1	R\$ 80,000	34,877
Três Marias	1	R\$ 80,000	23,568
Mateus Leme	1	R\$ 75,000	24,144
Manhuaçu	1	R\$ 70,000	67,123
Boa Esperança	1	R\$ 60,000	37,074
Jaboticatubas	1	R\$ 60,000	13,530
Ouro Fino	1	R\$ 50,000	29,416
Barroso	1	R\$ 40,000	18,359
Coronel Xavier Chaves	1	R\$ 40,000	3,185
Diamantina	1	R\$ 40,000	44,259
Congonhas do Campo	1	R\$ 37,000	41,256
Janaúba	1	R\$ 35,000	61,651
São Tiago	1	R\$ 35,000	10,245
Brasópolis	1	R\$ 30,000	15,165
Curvelo	1	R\$ 30,000	67,512
Goianá	1	R\$ 30,000	3,323
Inhaúma	1	R\$ 30,000	5,195
João Monlevade	1	R\$ 30,000	66,690
Papagaios	1	R\$ 30,000	12,472
Ribeirão das Neves	1	R\$ 30,000	246,846
Ritópolis	1	R\$ 30,000	5,423
Tiradentes	1	R\$ 30,000	5,759
Turmalina	1	R\$ 30,000	15,655
Visconde do Rio Branco	1	R\$ 30,000	32,598
Campanha	1	R\$ 25,000	14,098
Justinópolis	1	R\$ 25,000	NA
Marliéria	1	R\$ 25,000	4,044
Mendes Pimentel	1	R\$ 25,000	6,286
Oliveira	1	R\$ 24,000	37,250
Vespasiano	1	R\$ 24,000	76,422

Cambuí	1	R\$ 23,000	22,969
Almenara	1	R\$ 20,000	35,385
Três Corações	1	R\$ 16,000	65,291
Brumadinho	1	R\$ 15,000	26,614
Jacutinga	1	R\$ 15,000	19,004
Itajubá	1	R\$ 11,607	84,135
Santa Margarida	1	R\$ 10,800	13,713
Itaobim	1	R\$ 10,000	21,271
Santo Antônio do Monte	1	R\$ 10,000	23,473
Pains	1	R\$ 3,800	7,798
<b>TOTAL</b>	<b>1215</b>	<b>R\$ 58,180,661.48</b>	<b>9,185,904</b>

Fonte: Relação dos Projetos Aprovados em 2002 para a Captação em 2003 – IEPHA/MG<sup>10</sup>

Para cuidar do Patrimônio Cultural, o Governo Estadual de Minas Gerais possui um instituto com esse fim, o IEPHA.

### 1.3.1 – IEPHA

O Instituto estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) foi criado em 1971 e tem como funções principais o registro, preservação e proteção do patrimônio cultural de Minas. O objeto de trabalho do IEPHA/MG, um dos maiores institutos do gênero no país, é constituído por conjuntos urbanos, bens móveis e imóveis, sítios arqueológicos e paisagísticos de interesse de preservação, em Minas Gerais. Atuado na identificação e promoção do acervo cultural mineiro, proteção de bens tombados e de interesse de preservação, além da difusão de informações, o IEPHA/MG age de forma normativa, além de prestar serviços na execução ou na supervisão de intervenções. Também presta acessória a prefeituras municipais e a comunidades que se interessem em preservar seu patrimônio.

O IEPHA considera o principal motivo para a preservação do patrimônio cultural (seja ele móvel ou imóvel), como sendo a melhoria da qualidade de vida da comunidade, o que implica no seu bem estar material e espiritual e na garantia do exercício da memória e cidadania. Para o IEPHA/MG, a comunidade é a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais, e que o patrimônio cultural pertence à comunidade que produziu os bens culturais que o compõe. O Instituto não acredita ser possível, pensar em proteção do patrimônio cultural, senão no próprio interesse da comunidade, a qual competiria decidir sobre seu destino, “no exercício pleno de sua

<sup>10</sup> Estão destacados na tabela, os municípios que fazem parte do grupo das Cidades Históricas de Minas.

cidadania e autonomia”. A preservação do bem cultural estaria vinculada à sua correta utilização e integração ao cotidiano da cidade. A atuação do poder público deve, segundo o IEPHA, ser exercida em caráter excepcional, quando faltarem recursos técnicos ou materiais, ou organizações coletivas capazes de assumir as ações de preservação necessárias.

Para o IEPHA, a proteção do patrimônio mostra-se bastante efetiva no âmbito municipal, uma vez que é o município que legisla sobre a utilização do solo. Caberia então ao município, estruturar-se, através da criação de uma política própria de preservação do patrimônio, a qual incluiria o estabelecimento de leis específicas, do ponto de vista da participação da sociedade, a criação de conselho municipal do patrimônio cultural, com respectivo suporte técnico. Existe uma série de medidas que o município poderia utilizar para a preservação de seu patrimônio cultural. Uma dessas medidas é o Plano Diretor, uma exigência constitucional<sup>11</sup> para cidades com mais de 20.000 habitantes, que deve estabelecer as diretrizes gerais da política local de preservação. Do ponto de vista do controle urbanístico, são bastante eficazes as medidas que regulam o uso e a ocupação do solo, existentes na respectiva legislação urbanística. Do ponto de vista das medidas de ordem penal e fiscal, são estabelecidos critérios de incentivo à preservação ou compensações a danos ao patrimônio. Os incentivos fiscais utilizados podem ser de ordem municipal, estadual ou federal, e podem atuar seja no controle urbanístico, seja no incentivo à participação da sociedade civil na preservação do patrimônio.

O IEPHA/MG também é o órgão responsável pela distribuição do ICMS para a Cultura em Minas Gerais. Para 2004, os critérios de distribuição são baseados na atuação de preservação dos bens culturais do município pela existência de planejamento de política municipal de proteção do patrimônio cultural, dossiês de tombamento e laudos de estado de conservação, além de ações de proteção e investimentos, como mostra a tabela abaixo:

---

<sup>11</sup> Art.182 da Constituição Nacional de 1988

<b>Documento</b>	<b>Características Exigidas para efeito de pontuação</b>	<b>% em relação à nota referente aos atributos sigla NH. CP. BI. E BM.</b>
1 – Atuação do Setor de Patrimônio Cultural ou Órgão afim	Apresentação de relatório de atividades do Setor de Patrimônio Cultural ou Órgão afim elaborado conforme roteiro elaborado pelo IEPHA indicando a atuação do setor na proteção do acervo cultural do município.	30%
2 – Relatório de Investimentos dos recursos recebidos no ano de 2002 em bens ou atividades culturais	Comprovar investimentos em bens móveis ou imóveis através de relatórios de investimentos conforme modelo divulgado pelo IEPHA/MG com apresentação em anexo de empenhos, notas fiscais e/ou contratos de prestação de serviços e documentação que comprove a realização das atividades relacionadas aos gastos, podendo ser fotos, notícias da mídia impressa, vídeo.	30%
	Comprovar investimentos em atividades culturais através de relatórios de investimento conforme modelo divulgado pelo IEPHA/MG com apresentação em anexo de empenhos, notas fiscais e/ou contratos de prestação de serviços e documentação que comprove a realização das atividades relacionadas aos gastos, podendo ser fotos, notícias da mídia impressa, vídeo. Nota: Para efeito desta pontuação, são entendidos como bens móveis ou imóveis, bens culturais materiais tombados e/ou inventariados, e como atividades culturais, atividades relacionadas às artes visuais, artes plásticas, à educação patrimonial, artes gráficas, artes musicais, literatura, dança, exposições, festivais, festas folclóricas ou tradicionais, museus, arquivos, bibliotecas ou similares.	10%
3 – Processo de Tombamento para cada bem cultural tombado	Integram o processo de tombamento de cada bem cultural: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dossiê de tombamento de bens materiais, contendo, no mínimo, <u>cópia</u> dos seguintes documentos (Introdução; histórico do município; histórico do bem cultural; contextualização do bem cultural no desenvolvimento histórico do município; descrição detalhada; delimitação e descrição do perímetro</li> </ul>	30%

de entorno do tombamento indicada através de desenho; justificativa da definição do perímetro do tombamento; delimitação do perímetro de entorno do tombamento indicada através de desenho e descrição topográfica; justificativa da delimitação do entorno; ficha do inventário de bem cultural; documentação cartográfica; documentação fotográfica colorida; laudo de avaliação sobre de conservação; diretrizes de intervenção sobre o bem tombado; a critério do município, poderão ser anexados outros documentos tais como medidas complementares, depoimento dos moradores, etc; ficha técnica indicando os responsáveis técnicos sobre e a data de elaboração do dossiê de tombamento).

- Parecer sobre o tombamento elaborado por técnicos da área. Podendo ser, dentre outros, antropólogos, arquitetos, arqueólogos, geógrafos, historiadores, psicólogos, restauradores, sociólogos, etc. Destacando a exemplaridade do bem cultural.
- Parecer sobre o tombamento elaborado por conselheiro integrante do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural aprovando o tombamento.
- Notificação ao proprietário do bem em processo de tombamento ou seu representante legal, informando-lhe sobre tal e documento que comprove o seu recebimento pelo proprietário.
- Cópia da ata da reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural aprovando o tombamento.
- Cópia do Decreto ou documento similar do executivo tombando o bem cultural.
- Cópia da inscrição do bem cultural no Livro do Tombo Municipal.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cópia da publicação do ato do tombamento.</li> </ul>	
4 – Laudo Técnico sobre o estado de conservação do bem cultural	<p>Os laudos técnicos referentes aos bens tombados devem ser elaborados em data posterior a 15 de fevereiro de 2003, segundo roteiro divulgado pelo IEPHA/MG, por responsáveis técnicos conforme habilitação para as seguintes categorias de bem tombado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturas arquitetônicas e urbanísticas – arquiteto urbanista ou engenheiro civil.</li> <li>• Sítios naturais – biólogo, geólogo, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro agrimensor ou arquiteto.</li> <li>• Sítios arqueológicos – arqueólogo.</li> <li>• Sítios espeleológicos – espeleólogo.</li> <li>• Bens móveis ou integrados – arquiteto, historiador, restaurador/conservador.</li> <li>• Acervo documental – historiador, bibliotecário, arquivista, restaurador.</li> </ul>	
<b>Item</b>	<b>Características Mínimas Exigidas para efeito de pontuação</b>	<b>% em relação à nota referente ao atributo sigla PCL</b>
1 – Legislação municipal de proteção ao Patrimônio Cultural	<p>O Município deverá apresentar cópia da publicação da Lei Municipal específica criando o instituto do tombamento no nível municipal. <i>Para os municípios que não tenham veículos próprios de publicação de seus atos, exige-se documento comprobatório de que a Lei Municipal encontra-se em vigor, devidamente assinado por autoridades competentes.</i></p>	5%
2 – Existência de Conselho Municipal de Patrimônio Histórico	<p>O município deverá encaminhar <i>apenas no ano de criação ou na primeira vez em que remeter a documentação ao IEPHA/MG</i>, cópia dos seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• De criação do conselho, podendo ser decreto municipal, lei municipal específica, ou capítulo específico da lei orgânica municipal.</li> <li>• Do regimento interno do Conselho ou documento similar, onde deverão constar no mínimo as formas de convocação, deliberação e</li> </ul>	20%

	<p>periodicidade de suas reuniões. Caso haja alterações, as retificações deverão ser encaminhadas no ano de sua aprovação.</p> <p>O município deverá encaminhar <u>anualmente</u> cópia dos seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Das atas de reunião assinadas pelos membros presentes, comprovando a atuação do Conselho. As reuniões do Conselho deverão ter periodicidade mínima bimestral a partir da data de sua criação, para efeito de pontuação.</li> <li>• De nomeação de seus integrantes, recomendando apresentar composição equilibrada entre poder público e entidades e instituições representativas da sociedade civil.</li> <li>• Do documento de posse dos integrantes em exercício.</li> <li>• De informações sobre o ano em que foi criado o Conselho e de aprovação do regimento em vigor, caso já tenha sido enviado anteriormente ao IEPHA/MG.</li> </ul>	
3 – Setor de Patrimônio Cultural com equipe técnica especializada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O município deverá informar qual o setor responsável, dentro de seu organograma, pela gestão da Política Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural. Deverá constar da informação, o nome do setor, o nome e a formação profissional do gerente, endereço e telefone para contato, e o e-mail do setor ou da Prefeitura, se houver.</li> <li>• Os municípios que não tiverem em seus quadros funcionais um arquiteto ou um historiador deverão contratar um desses profissionais, sendo aceito o regime de consultoria. Nesse caso, <i>recomenda-se</i> que o consultor tenha conhecimento em Patrimônio Cultural.</li> </ul>	35%
4 – Execução do Inventário	Elaborar o Inventário de acordo com roteiro do IEPHA/MG.	40%

Fonte – Deliberação Normativa do Conselho Curador do IEPHA/MG para o Exercício de 2004

## 1.4 – Governo Municipal

Pela Constituição de 1988, todo município com mais de 20.000 habitantes deve elaborar um Plano Diretor, com o objetivo de definir quais as áreas residenciais, comerciais, rurais, fluxo automotivo na cidade, etc. O Plano Diretor tem efeito direto sobre o Patrimônio Histórico, pois é instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento do município, além de ser uma orientação para os agentes públicos e privados.

Em 1998, o município de Ouro Preto elaborou seu Plano Diretor para adequar-se às exigências legais do Governo Federal.

A prefeitura deve, segundo os governos Estadual e Federal, ser um dos agentes mais comprometidos com a preservação do Patrimônio Cultural do Município, pois é ao município que o tombamento de um bem vai afetar diretamente.

É esse compromisso que os Órgãos Internacionais, em especial a UNESCO, têm esperado da prefeitura de Ouro Preto desde a declaração da cidade como Patrimônio Histórico da Humanidade.

## 1.5 – Outros Agentes

Algumas instituições internacionais, tais como o Banco Mundial e o BID, estão ligadas indiretamente à preservação do Patrimônio da Humanidade com o financiamento de projetos visando o desenvolvimento da área em questão. No caso de Ouro Preto, o BID está financiando o Projeto Monumenta, em parceria com o IPHAN, por se tratar da preservação de um local para garantir o desenvolvimento sustentável da região.

Dentro da UNESCO, ademais do Centro do Patrimônio Mundial, existe ainda a divisão do Patrimônio Cultural, que administra as campanhas internacionais relacionadas à Cultura. O ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property), que é um organismo internacional cuja função é prestar acessória técnica sobre a conservação de locais inscritos na lista do Patrimônio Mundial, além de formar especialistas em técnicas de restauração, e o ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), cujo objetivo é realizar as avaliações dos locais propostos para serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial via

prospecções, cooperação técnica e informações sobre o estado de conservação dos locais inscritos. A OWHC (Organization of the World Heritage Cities) visa à cooperação entre as cidades que fazem parte do Patrimônio Mundial, em especial sobre a aplicação dos preceitos da Convenção do Patrimônio Mundial. A organização facilita o intercâmbio de conhecimento e o estudo de casos para visar soluções e alternativas a problemas comuns a cidades que estão na Lista do Patrimônio Mundial, além de técnicas de conservação e recursos financeiros para a proteção dos monumentos e locais.

No âmbito nacional, algumas organizações não governamentais, como a ONG Amo Ouro Preto, buscam divulgar e tornar públicos os problemas na preservação e conservação de Ouro Preto, além de buscar soluções alternativas, novas fontes de financiamentos, mobilização da opinião pública e conscientização da população local e turista da importância da preservação da cidade. Atrair a atenção dos Órgãos Internacionais e Nacionais para os diversos problemas enfrentados por Ouro Preto tem sido uma preocupação constante para essas ONG's.

Finalmente, um dos mais importantes agentes envolvidos: a população. São os habitantes de Ouro Preto, os principais atingidos por qualquer mudança feita em sua cidade, em seu comércio, uma vez que dependem da cidade, direta ou indiretamente, para garantir seu sustento econômico. Os turistas também são parte fundamental do processo, uma vez que aportam recursos significativos à cidade, e são eles que vão à cidade em busca do Patrimônio Histórico da Humanidade.

## CAPÍTULO 2

### **Ouro Preto: Patrimônio Histórico da Humanidade**

*"There is no past that one is allowed to long for. There is only the eternally new, growing from enlarged elements of the past; and genuine longing always must be productive, must create something new and better"*

Goethe

Foram muitos os fatos importantes na história de Ouro Preto, desde seus tempos de Vila Rica até hoje, mas com certeza, poucos foram tão marcantes na história recente dessa cidade, cujo passado é repleto de intrigas, becos escuros, conspirações e riquezas inimagináveis, como a declaração da cidade como Patrimônio Mundial.

#### **2.1 – A Declaração**

Na primeira semana de Setembro de 1980, na 4ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Paris, a Cidade Histórica de Ouro Preto, junto com outros 27 sítios, foi incluída na Lista do Patrimônio da Humanidade, da UNESCO. Essa foi a primeira vez que o Brasil teve um local colocado na Lista do Patrimônio Mundial. Hoje a lista das localidades brasileiras na Lista do Patrimônio Mundial conta com 16 localidades:

- 1980 – Cidade Histórica de Ouro Preto
- 1982 – Centro Histórico da Cidade de Olinda
- 1984 – Parque Nacional do Iguaçu
- 1985 – Centro Histórico da Cidade de São Salvador da Bahia
- 1985 – Santuário do Bom Jesus do Matosinho, Congonhas do Campo
- 1987 – Brasília
- 1991 – Parque Nacional da Serra da Capivara
- 1997 – Centro Histórico da Cidade de São Luís
- 1999 – Centro Histórico da Cidade de Diamantina
- 1999 – Reservas da Mata Atlântica na Costa do Descobrimento
- 1999 – Reservas da Mata Atlântica no Sudeste
- 2000 – Parque Nacional do Jaú
- 2000 – Área de Conservação do Pantanal

- 2001 – Áreas de Proteção do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas
- 2001 – Ilhas Brasileiras do Atlântico: Fernando de Noronha e Atol das Rocas
- 2001 – Centro Histórico da Cidade de Goiás

Desde a sua inclusão na Lista, Ouro Preto cresceu muito. No período imediatamente anterior à declaração da cidade como Patrimônio da Humanidade, Ouro Preto havia passado por um período de certa decadência, uma vez que durante a maior parte do governo militar no Brasil, pouca importância se deu às cidades históricas, em particular Ouro Preto. O turismo era baixíssimo, ficando geralmente restrito a umas poucas pessoas do Estado de Minas Gerais em busca de suas raízes, e história. Na realidade, Ouro Preto esteve relegada ao esquecimento desde o ouro findou-se em suas minas e riachos, e talvez tenha sido essa marginalização, a principal razão para a conservação de seu riquíssimo patrimônio por tanto tempo. Em 1967, Franklin de Oliveira fazia duras críticas ao descaso com a manutenção do casario e museus de Ouro Preto, assim como a briga jurídica de seus proprietários em transformar antigas residências em algo que lhes conviesse mais em termos econômicos.

A preservação da cidade foi motivo de preocupação de um grupo de pessoas ligadas ao Governo, em especial Aluísio Magalhães, diretor no IPHAN na época, e que levou a cidade a se candidatar para entrar na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Naquele então, a população da cidade era pequena, dependia basicamente do pequeno comércio local, agricultura (nas áreas mais rurais e distritos do município) e mineração. A cidade era pobre, em termos econômicos, o que impedia muitos de seus moradores (alguns na cidade a muitas gerações) de conservarem suas casas em perfeito estado, o tráfego de veículos era muito pequeno, quase nulo, o que mantinha as ruas e ruelas do centro, muito conservadas.

Com a inscrição da cidade na Lista do Patrimônio da Humanidade, por ser a primeira localidade brasileira a ser inscrita, repentinamente as atenções nacionais e internacionais se voltaram para a cidade e grandes investimentos foram feitos para recuperar as casas, casarões, igrejas, museus da cidade. Preparou-se uma legislação de competência municipal para dar mais autonomia ao município no que tange a preservação do patrimônio cultural. Investiu-se na divulgação nacional e internacional da cidade e decadente Ouro Preto das décadas 60 e 70 viu-se em um curto espaço de

tempo, revivendo as glórias da Vila Rica! Turistas nacionais, turistas estrangeiros (que pagavam em dólares, algo extremamente significativo, se considerado o difícil período econômico dos anos 80), pousadas e hotéis sendo inaugurados, pedras preciosas e semipreciosas sendo negociadas, artesanato sendo produzido, festivais de música erudita e popular acontecendo com frequência crescente. A cidade, no entanto, teve seu grande salto de crescimento econômico, a partir do início da década de 90, com a abertura econômica e a melhoria das condições econômicas do país como um todo.

É importante ressaltar a existência da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) localizada na área nova da cidade, que possui uma série de cursos, em especial o de Mineralogia (antiga Escola de Minas), único no país e cujo prédio está localizado na Praça Tiradentes (antigo Palácio do Governador), que é o Centro de Ouro Preto. A Universidade tem atraído todos os anos centenas de alunos, os quais disputam um local nas repúblicas mais prestigiosas, localizadas no centro histórico, em antigos casarões.

As pousadas e restaurantes, praticamente inexistentes na década de 70, existem às dezenas na cidade, e também procurar localizar-se o mais próximo possível da Praça Tiradentes, em algum de seus antigos casarões, pois é a região mais procurada pelos turistas.

## **2.2 – Projetos**

Desde a inscrição de Ouro Preto na Lista do Patrimônio da Humanidade, projetos de preservação foram realizados, os quais incluíram restauração, limpeza e conservação. Atualmente, o principal projeto em andamento, e um dos mais ambiciosos e caros já feitos até hoje, é o Projeto Monumenta.

### **2.2.1 – Projeto Monumenta**

A palavra *monumenta* é o plural de *monumento* em latim, cuja raiz é o verbo *monere*, que significa lembrar. O Projeto Monumenta tem como objetivo preservar locais para manter viva a lembrança daquilo que eles significam e significaram para a formação do Brasil como nação e como povo. É um projeto que envolve o IPHAN e o BID, além de contar com o apoio da UNESCO. O projeto abarca não só o patrimônio tangível, como também o intangível, promovendo espetáculos cênicos e musicais que resgatem a cultura local. Esses espetáculos têm um objetivo também econômico: o de

manter os turistas por mais tempo nas cidades agraciadas pelo Monumenta, neste caso, em Ouro Preto. O projeto também busca a capacitação de artesãos, restauradores, pedreiros, marceneiros e demais profissionais para que trabalhem na conservação e preservação do Patrimônio nessas cidades. O projeto trabalha com todos os âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal). O projeto está inicialmente orçado em US\$200 milhões (esse é o valor total para todas as cidades atendidas), sendo que desse montante, US\$125 milhões são fornecidos pelo BID e US\$75 milhões são não incentivados.

<b>Caracterização do Projeto</b>	
<b>Indicadores</b>	<b>Ouro Preto</b>
Superfície da área de investimento (ha)	21,0
População residente na área de investimento (hab.).	4,500
Nº de edificações na área de investimento	456
Nº de estabelecimentos comerciais na área de investimento	355
Nº de estabelecimentos a recuperar	52
Nº de monumentos a recuperar	8

Fonte: Ministério da Cultura – Projeto Monumenta

*Sobre o tempo, sobre a taipa,  
a chuva escorre. As paredes  
que viram morrer os homens,  
que viram fugir o ouro,  
que viram findar-se o reino,  
que viram, reviram, viram,  
já não vêem. Também morrem.*

*Assim plantadas no outeiro,  
menos rudes que orgulhosas  
na sua pobreza branca,  
azul, rosa e zancão,  
ai, pareciam eternas!  
Não eram. E a chuva cai  
sobre rótula e portão.*

*Vai-se a rótula crivando  
como a renda consumida  
de um vestido funerário.  
E ruindo se vai a porta.  
Só a chuva monorrítmica  
sobre a noite, sobre a história  
goteja. Morrem as casas.*

*Morrem, severas. É tempo  
de fatigar-se a matéria  
por muito servir ao homem,  
e de barro dissolver-se.  
Nem parecia, na serra,  
que as coisas sempre cambiam  
de si, em si. Hoje vão-se.  
O chão começa a chamar  
as formas estruturadas  
faz tanto tempo. Convoca-as  
a serem terra outra vez.  
Que se incorporem as árvores  
hoje vigas! Volte ao pó  
a ser pó pelas estradas!*

*A chuva desce, às canadas.  
Como chove, como pinga  
no país das lembranças!  
Como bate, como fere,  
como transpassa a medula,  
como punge, como lanha  
o fino fardo da chuva*

*mineira, sobre as colinas!  
Minhas casas fustigadas,  
minhas paredes zurzidas,  
minhas esteiras de forro,  
meus cachorros de beiral,  
meus paços de telha-vã  
estão úmidos e humildes.*

*Lá vão, enxurrada abaixo  
As velhas casas honradas  
Em que se amou e pariu,  
Em que se guardou moeda  
E no frio se bebeu.  
Vão no vento, na calça,  
No morcego, vão na geada,*

*enquanto se espalham outras  
em polvorentas partículas,  
sem as vermos fornecer.  
Ai, como morrem as casas!  
Como se deixam morrer!  
E descascadas e secas,  
ei-las sumindo-se no ar.*

*Sobre a cidade concentro  
o olhar experimentado,  
esse agudo olhar afiado  
de quem é douto no assunto.  
(Quando perdi, me ensinaram.)  
Vejo a coisa pegajosa,  
vai circunvoando na calma.*

*Não basta ver morte de homem  
para conhecê-la bem.  
Mil outras brotam atrás de nós,  
à nossa roda, no chão.  
A morte baixou dos ermos,  
gavião molhado. Seu bico  
vai lavrando o paredão.*

*E dissolvendo a cidade.  
Sobre a ponte, sobre a pedra,  
Sobre a cambraia de Nize,  
Uma colcha de neblina  
(já não é chuva forte)  
me conta por que mistério  
o amor se banha de morte*

A Morte das Casas de Ouro Preto  
Carlos Drummond de Andrade

### CAPÍTULO 3

#### **Ouro Preto: Problemas sob uma Ótica Microeconômica**

Preservação é uma palavra simples, no entanto, ela denota um grande número de questões complexas e inter-relacionadas. A preservação é um compromisso, método, atitude, e principalmente processo, que para ser eficaz, deve incluir programas concretos no sentido de lidar com a burocracia e governo, definir leis, além de assegurar apoio popular e financeiro. Centros históricos que cobrem grandes áreas, como é o caso de Ouro Preto, tendem a acumular grandes problemas.

O desenvolvimento econômico e o do patrimônio estão estritamente ligados, o que explica melhor uma política de preservação do patrimônio que as explicações superficiais de memória ou identidade coletiva. A segunda ligação estreita entre desenvolvimento econômico e patrimônio está ligada às idéias de destruição/conservação, individual/coletivo. O crescimento econômico, segundo Schumpeter, é uma “destruição criativa” fundada sobre a obsolescência e a destruição dos objetos, as mudanças do capital produtivo e o progresso técnico, o desaparecimento do *savoir-faire* e dos ambientes, o desaparecimento de determinados modos de vida. A retirada de alguns elementos comuns à lei de destruição, a valorização dessa destruição, são modos de compensação, de consolação, garantindo à cultura da acumulação destrutiva, um significado. Uma sociedade como essa, urbanizada e individualista, não é necessariamente deslocada, mas a sua essência se perde: uma vez que o seu patrimônio cultural é o seu último recurso para lhe dar a aparência de comunidade.

Os centros históricos incorrem em riscos como metropolização, migração interna, perda de identidade, degradação do ambiente, limitações governamentais, legislação obsoleta e perda do espírito público. No caso de Ouro Preto, a migração interna é uma realidade, assim como as limitações do governo local, a legislação obsoleta e principalmente a perda do espírito público, correndo o risco de perder a sua identidade e ter um ambiente cada vez mais degradado.

A migração interna é a movimentação de vários grupos dentro de uma área metropolitana, que podem criar ciclos de decadência e declínio. À medida que a qualidade da vida urbana diminui, a população mais abastada geralmente abandona o centro tradicional em busca de um ambiente mais confortável. Isso ocorreu em Ouro Preto há muito tempo, não apenas com relação à queda da qualidade de vida no centro

(seja em função do barulho, seja em função do aumento da violência ou do alto fluxo de pessoas no centro histórico), mas também com relação ao alto custo de morar no centro histórico, pela valorização do casario para uso comercial e altos impostos. O centro histórico de Ouro Preto está cada vez mais povoado de pousadas, restaurantes, pousadas, repúblicas e bares. São poucas as casas residenciais que ainda sobrevivem como tais no coração da cidade.

Segundo Pickard & Thyse, outros problemas comuns a centros históricos são a despopulação ou perda da função residencial; deterioração geral das áreas antigas; supervalorização das áreas preservadas; incompatibilidade entre o interesse comercial de reinvestimento, e o desejo de manter os residentes originais em suas casas; segregação social e funcional, destruindo a diversidade que constitui a essência da cidade.

Simultaneamente à pluralidade dos agentes, existe uma pluralidade de funções intrínsecas ao patrimônio arquitetônico, como é o caso do casario de Ouro Preto. As funções do patrimônio podem ser diversas, indo desde a utilização do bem para habitação ou trabalho, até a utilização turística ou estética daquele bem. Essas diversas funções beneficiam a comunidade envolvida. É então, compreensível, que o caráter econômico do patrimônio esteja ligado mais aos serviços fornecidos pelo bem, que ao seu valor de troca.

A percepção da conservação como veículo para a indústria do turismo tem causado muita preocupação entre estudiosos do patrimônio, dado o fato que a preocupação apenas com a questão turística tende a criar projetos e leis que não são voltados aos interesses da população como um todo e pouco se importam com o real significado da conservação do patrimônio.

Neste capítulo serão abordados os diferentes tipos de problemas que Ouro Preto tem enfrentado nos últimos vinte anos. Com especial destaque à atual crise política municipal, que muito pouco tem contribuído para a conservação do Patrimônio.

### **3.1 – Os Problemas Econômicos**

As noções tradicionais de economia são ao mesmo tempo próximas e distantes do patrimônio cultural. Próximas, pois os traços em comum são numerosos: o patrimônio é aquilo que se acumula, aquilo que perdura e é transmitido. Pela transmissão, o

patrimônio participa da conservação da identidade (tanto no nível individual quanto no coletivo, o patrimônio econômico de um país junta os elementos produtivos daquele país), o patrimônio cultural é, ao contrário, sem medida específica. Certamente que um bem cultural tem valor, porém não é necessariamente o seu valor de troca, não é um valor economicamente mensurável. Na sua essência, o patrimônio é uma reserva de incomensurabilidade, uma singularidade no campo dos valores econômicos.

A gestão do patrimônio implica em na utilização de recursos raros, e tem impactos sobre diversos setores econômicos. Para compreender o conjunto de indagações que essa questão levanta, é importante obter algumas indicações com valores sobre a importância dos setores da cidade, dados que deveriam ser passíveis de serem recolhidos junto à prefeitura, governo estadual ou IBGE. Com estudos do gênero é possível observar a complexidade da situação, compreendendo a importância dos efeitos diretos e indiretos da administração do patrimônio sobre o turismo e serviços ligados à atividade cultural. Porém a dificuldade de avaliação de políticas de patrimônio, e compreender os efeitos negativos e suas contradições é uma realidade, não só para Ouro Preto, mas como para qualquer lugar do mundo. Um exemplo são os efeitos de longo prazo dessas políticas. No curto prazo, os benefícios gerados pelo patrimônio à atividade turística parecem completamente benéficos. Mas no longo prazo, o excesso de turismo pode destruir a genuinidade do local, afetando negativamente o “ecossistema” patrimonial.

Conservação está intimamente ligada à administração de recursos, o que exige um alto grau de responsabilidade e idoneidade. Na prática, a conservação do Patrimônio Mundial está dividida em duas esferas, a internacional e a local, e é preciso que ambas esferas trabalhem em conjunto, de forma sincronizada e com plena consciência das limitações de cada uma, assim os resultados serão mais eficazes.

O patrimônio cultural é um importante recurso da indústria do turismo. No entanto ele representa geralmente uma fonte insubstituível e frágil. A relação delicada a ser estabelecida entre a conservação do patrimônio e a expansão turística está compreendida dentro da versão dita cultural. O turismo, se considerados todos os serviços diretos e indiretos envolvidos, representa uma parte muito importante da economia de Ouro Preto.

A dimensão econômica tem papel decisivo nas decisões sobre o patrimônio, uma vez que ajudam nas decisões culturais face às oportunidades e inconvenientes que

apresentam os mecanismos de desenvolvimento da economia. A economia observa a realidade como um sistema de eficiência na alocação dos recursos escassos. A realidade é, de fato, feita da necessidade de recursos. As necessidades são diversas e raramente satisfeitas, os recursos são limitados. A título de recursos raros e não reproduzíveis, o patrimônio arquitetônico, ele mesmo, é um exemplo maravilhoso. Em Ouro Preto, mesmo com os recursos provenientes do Projeto Monumenta, a prefeitura tem sido incapaz de renovar as fontes de investimento, e utilizar corretamente os escassos bens.

Para compreender os efeitos econômicos do Patrimônio Mundial em Ouro Preto, é preciso compreender alguns conceitos econômicos.

Um bem coletivo é um bem que pode ser utilizado por várias pessoas simultaneamente. Considerado sob esse ângulo, o patrimônio arquitetônico tem como definição essencial a de ser um patrimônio comum de uma comunidade ou nação. A utilização pode ser analisada de um modo bem amplo neste caso, como o prazer de observar monumentos admiráveis. O patrimônio arquitetônico oferece, sempre, se aspecto externo a qualquer um que desejar observá-lo. É, portanto, inexato, considerar esse patrimônio como privado e valorá-lo como tal.

O ser humano tem várias necessidades. Algumas são básicas, tais como alimentação, vestuário, moradia, higiene, saúde. Outras são secundárias, tais como lazer, entretenimento, que são satisfeitas assim que as necessidades básicas estão satisfeitas. As necessidades diferem de indivíduo para indivíduo, diferem de classe social para classe social, de país para país. No sentido econômico, produzir significa criar utilidade ou aumentar a utilidade dos bens econômicos. Tudo que é transformado pelo homem chama-se produto. Sabe-se que a combinação de fatores de produção: terra, capital e trabalho, que entram na produção de um determinado bem ou serviço é chamado de insumo, como por exemplo, as matérias-primas. Mais precisamente, utilidade pode ser definida como a qualidade que possuem os bens econômicos de satisfazer as necessidades humanas. Ela também é considerada como o grau de satisfação que os consumidores atribuem aos bens e serviços.

Os bens e serviços apresentam características de que à medida que são consumidos em um determinado período de tempo, vão proporcionando unidades de satisfação cada vez menores do que as iniciais. Tal peculiaridade é chamada de princípio da utilidade marginal decrescente, significando que a utilidade (satisfação) proporcionada para o consumidor de um determinado bem ou serviço decresce à medida que ele consome

mais unidades do mesmo. Sendo os bens e serviços numerosos e heterogêneos, para cada um deles, será atribuído um valor. O sistema de medidas usado na economia, que permite a troca de bens e serviços, é feito através dos preços. A passagem para o sistema de medidas é facilitada pelo uso da moeda e, assim, podemos considerar que o preço de um bem ou serviço não é mais do que o valor, medido em moedas, da unidade desse bem ou serviço.

O valor simbólico está ligado a uma propriedade qualitativa do objeto, encontrado no domínio do patrimônio. O patrimônio encerra os valores educativos, históricos e/ou estéticos dos monumentos. O valor de uso está ligado ao conjunto de utilizações do patrimônio arquitetônico. Essas diversas utilizações podem ser residenciais, comerciais, administrativas, industriais, culturais ou de entretenimento. Uma vez que o valor simbólico não é de origem turística, isso significa que o patrimônio se integra ao tecido urbano ou rural no qual está inserido. Sob uma visão econômica, isso quer dizer que os benefícios devem ser globalmente positivos e orientados à comunidade local. Os residentes dos locais deveriam ser beneficiados por uma qualidade de vida excelente. Na maior parte dos casos, a diferença entre valor de uso e valor simbólico é muito difícil de ser estabelecida. Geralmente, o patrimônio arquitetônico, se bem administrado, permite “unir o útil ao agradável”. Um valor de uso importante traduz o modo como o patrimônio é integrado no seu ambiente econômico e social.

Os efeitos econômicos são mais fáceis de serem medidos, pois são mensuráveis e sua análise se faz mediante pesquisas descritivas e dados estatísticos. O número de turistas e a quantidade de quartos ocupados em ano são efeitos econômicos fáceis de serem medidos. Porém existem efeitos nas esferas sociais e culturais difíceis de serem avaliados, em especial aqueles de longo prazo. Existem efeitos positivos e negativos que são difíceis de detectar. Por isso não era fácil dizer que em pouco mais de vinte anos, a cidade de Ouro Preto receberia um grande número de turistas, que o número de pousadas aumentaria consideravelmente, que o crescimento do turismo também traria aumento da violência, ligada ao desemprego crescente da população menos instruída e pouco especializada.

Quando os fundos municipais são escassos, é preciso reutilizar e reciclar os recursos da cidade. As estruturas históricas são o legado concreto das gerações anteriores e qualquer elemento que possua algum potencial para uso continuado, deve ser contado

como bem e poupado cuidadosamente. Esta perspectiva pode ajudar a conservar o centro histórico ao substituir a demolição especulativa pela reabilitação especulativa.

O produto turismo, que tem a qualidade de satisfazer algumas das necessidades do indivíduo por lazer, é composto por quatro componentes fundamentais: o transporte, a alimentação, a acomodação e o entretenimento. Alguns fatores afetam a demanda turística, tais como os preços dos produtos turísticos, os preços dos outros bens e serviços, o nível de renda dos turistas e o gosto dos mesmos. Dentre os fatores que afetam a oferta turística destacam-se o preço do produto turístico, o preço dos outros bens e serviços, o preço dos fatores de produção e o nível de avanço tecnológico. As características da oferta turística são a extrema rigidez, o fato de ser intangível, a imobilidade, a impossibilidade de estocagem e a competitividade. Para fazer face a esses problemas, duas medidas estratégicas podem ser tomadas. A primeira consiste no uso múltiplo, ou seja, complementar os atrativos da estação alta de um lugar com outras atrações que criariam demanda para os viajantes durante os períodos de baixa. A segunda seria uma política de preços, criando mercados para os períodos fora de temporada, utilizando preços diferenciados, como instrumento eficiente para transferir demanda da alta para a baixa temporada.

A atividade turística é fruto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob uma grande variedade de impulsos. No caso de Ouro Preto, o passado significativo para a política nacional, o casario e a arte barroca, ademais do tombamento e declaração da cidade como Patrimônio da Humanidade são alguns dos principais fatores de atração.

O turismo pode ser benéfico aos centros históricos, criando benefícios financeiros e sustentando o comércio local. Porém precisa ser bem estruturado para evitar que a cidade se focalize apenas no turismo, em detrimento das necessidades da população local. Analisado sob o ponto de vista econômico, a visitação dos monumentos e cidades históricas pode representar o melhor ou o pior do turismo. Não obstante, constitui um aporte positivo para as atividades locais e o emprego. É, contudo, uma carga excessiva, colocando em perigo o equilíbrio humano do local, vista a salvaguarda material do monumento. Uma medição dos impactos da visitação ao patrimônio histórico deve estar fundamentada em um plano de desenvolvimento coerente, levando em conta todos os fatores diretos e indiretos, positivos e negativos.

Para o equilíbrio geral da economia, de modo geral, pressupõe-se que as pessoas possuem informações completas a respeito de cada produto, e que a troca de

mercadorias (custos de transação) não envolve custos. A informação assimétrica é uma característica de muitas situações de negócios. Frequentemente o vendedor de um determinado produto conhece mais a respeito de sua qualidade do que o comprador. Os trabalhadores geralmente possuem mais destreza e habilidade do que os empregadores. E os administradores de empresas sabem mais a respeito dos custos, da posição competitiva e das oportunidades de investimento da empresa do que os proprietários da mesma. As pessoas e instituições não possuem informações completas sobre Ouro Preto. A informação assimétrica existe entre os proprietários e os órgãos de preservação, que não sabem ao certo o nível de conservação interna das propriedades, resultando em tragédias como o incêndio do Casarão da Praça Tiradentes em Abril de 2003.

É a informação assimétrica que explica diversos arranjos institucionais da sociedade. Um exemplo é o fato de empresas e funcionários e empresas fornecedoras e compradoras assinarem contratos. A informação assimétrica se manifesta de diferentes formas e pode gerar desvios muito grandes de eficiência em um mercado. Pode-se combater a informação assimétrica com reputação, padronização, intervenção governamental. Garantias e certificados também são bons sinalizadores, pois levam aos consumidores mais informações sobre qualidade do produto ou serviço.

Em Ouro Preto, diferentes graus de assimetria de informação prejudicam a conservação do patrimônio. Os donos de pousadas e restaurantes, não estão cientes dos malefícios que o turismo predatório pode causar a cidade, prejudicando inclusive seus próprios negócios. A prefeitura, detentora de informações que ajudariam na conservação da cidade (seja pela aplicação do Plano Diretor, que nunca foi usado; seja na divulgação da aplicação dos recursos provenientes do CPMF estadual destinados ao Patrimônio Cultural; seja na divulgação da real situação das contas da prefeitura) não divulga essas informações de modo eficiente, gerando ainda mais problemas.

O Risco moral é basicamente a mudança de comportamento depois de assinado um contrato. Existem certificados e cláusulas contratuais que buscam evitar e reduzir esse problema. Uma contratação é incompleta quando todas as contingências são controladas, podendo surgir comportamento oportunista. A natureza do contrato passa a ser aberta, pois o contrato é incapaz de prever todas as situações. Este é o problema enfrentado pela população frente à atual prefeitura, que está em processo de impeachment desde o início do ano de 2003. O Patrimônio Mundial também é tipo de contrato: um contrato de conservação do patrimônio histórico tão significativo e único

para a humanidade, e que em virtude do descaso das autoridades municipais, falta de envolvimento da população local (que sofre problemas como falta de infra-estrutura básica e de saúde, além da queda de qualidade de vida), e políticas eficazes de conservação, corre o risco de perder o título de Patrimônio Mundial. Isso ocorre pois a situação lamentável que Ouro Preto atualmente encontra-se, é uma “quebra de contrato” entre o Brasil e a UNESCO.

Externalidades são os efeitos das atividades de produção e consumo que não se refletem diretamente no mercado. As externalidades negativas geram ineficiência tanto no curto como no longo prazo. As externalidades positivas, por exemplo, ocorrem quando pessoas de um mesmo local decidem reformar e melhorar a fachada de suas casas. Isso vai afetar positivamente o turismo e principalmente a qualidade de vida em uma região, como mostra Catherine M Mathieu em sua tese de Doutorado. Uma ineficiência resultante de uma externalidade pode ser alterada por mudanças tecnológicas, por exemplo. Um exemplo é a emissão de poluentes.: às vezes é mais caro poluir que manter limpo.

A regulamentação, porém, não é a única forma de combater as externalidades. Negociações particulares entre as partes também são utilizadas.

Bens públicos são aqueles que podem beneficiar todos os consumidores, mas cuja oferta no mercado é insuficiente ou inexistente. Considerando o bem cultural como um bem público puro, porém não tutelado, Paul Samuelson demonstrou que se pode conceber um *quasi-mercado* se cada utilizador potencial de um bem público consentisse em aumentar a utilidade que aquele bem representa para ele, e pagasse por isso, uma contribuição voluntária, um *quasi-preço*. Ao fazer a soma dessas contribuições, seria estabelecido um budget disponível para cada função coletiva, em particular, o patrimônio. O direito de propriedade é o conjunto de leis que descreve o que as pessoas podem fazer com suas propriedades. Existem recursos de propriedade comum, que são aqueles aos quais os cidadãos têm livre acesso. Já os bens públicos possuem basicamente dois atributos: a não-rivalidade (são únicos) e a não-exclusividade (são para todos).

Um sistema econômico incorre em custos de transação. Esses custos não são diretamente ligados à produção, mas surgem à medida que os agentes se relacionam entre si e os problemas de coordenação emergem. Por mais perfeito que seja o funcionamento de uma indústria, isso não é garantia suficiente para que ela vingue, em

função dos custos de transação. Atualmente os custos de transação são definidos não só pelo mercado, mas sim pelo uso de qualquer forma organizacional. Os custos de transação são basicamente a elaboração ed contratos, mensuração e fiscalização de direitos de propriedade, monitoramento de desempenho, organização das atividades e custos de adaptações ineficientes às mudanças do sistema econômico.

Os custos de transação do Patrimônio Mundial em Ouro Preto são muito altos, como e qualquer cidade histórica em qualquer lugar do mundo. Porém os altos custos, que não são necessariamente monetários e são causados pelo comportamento de risco frente ao contrato do Patrimônio Mundial com a UNESCO no caso de Ouro Preto, aumentam ainda mais os custos referentes ao patrimônio, e mais uma vez é a população que sofre.

### **3.2 – Os Problemas Jurídicos**

Os bens culturais podem ser tombados desde 1937. A proteção de um bem cultural começa por sua individualização, para que ele possa ser reconhecido como bem cultural preservável. Ao ser individuado, o bem jurídico ganha status de bem cultural, e é modificada em profundidade a sua essência jurídica. Um bem cultural pode ser público ou privado, quer dizer, a qualidade de cultural não altera a sua dominialidade.

O fato de um bem ser declarado bem cultural, não altera a divisibilidade nem a singularidade ou universalidade dos bens. O Direito privado reduz todos os bens culturais a valores de expressão monetária, porém essa valoração tem a ver com a valoração sentimental, subjetiva ou emotiva do bem, dada por sua importância histórica, artística, etc, o que agrega mais valores ao bem que o seu simples valor de troca. Diferencia-se assim, o preço do bem do seu valor, sendo valor uma quantificação precisa do bem, e preço, a expressão monetária da troca. Quando um bem é tombado, seu valor sobre imediatamente, pois lhe são agregados valores morais e sentimentais, porém seu preço pode variar positiva ou negativamente. Em alguns casos, o bem cultural torna-se mais difícil de ser comercializado, em consequência da obrigatoriedade da preservação.

A preservação do patrimônio é muito importante para ser deixada apenas na mão de profissionais técnicos. Ela precisa de apoio público e participação da população durante todo o processo de planejamento e conservação, e atividades relacionadas à conservação.

O caráter coletivo dos bens que compõe o patrimônio cultural coloca questões sobre o acesso a esses monumentos. A utilização comum pode se limitar a uma vista exterior da edificação, ao prazer estético de observar o patrimônio em seu exterior. Mas os interesses de um monumento podem também cobrir o seu aspecto interior, de modo que o acesso interno a um imóvel torna-se uma condição do caráter coletivo do bem. Essa idéia encontra-se na origem da justificação das medidas obrigatórias de abertura à visitação, uma vez que o prédio é beneficiado com fundos públicos, ou seja, fundos da coletividade. Trata-se de uma contrapartida econômica do financiamento público do patrimônio (quando ele existe, como por exemplo, no Projeto Monumenta).

A legislação obsoleta é causada pela não utilização de legislações benéficas assim que são elaboradas, deixando que fiquem obsoletas, com mudanças de cenários e agentes.

O Brasil não possui uma legislação punitiva quanto a crimes ao patrimônio cultural, o que aumenta a possibilidade de comportamento de risco por parte dos proprietários do patrimônio, e também de contrabandistas internacionais de arte, que agiram em 2002, só em Minas Gerais, em mais de 25 localidades, saqueando peças de todo tipo, muito valiosas no mercado negro de artes. Essa inexistência de leis mais punitivas não colabora com a valorização do patrimônio, por parte da população, que não se beneficia de uma educação voltada à conservação dos bens culturais.

Um dos principais problemas jurídicos é a falta de leis que beneficiem, de algum modo, o dono de um bem tombado, uma vez que é ele quem vai arcar com a maioria dos gastos de conservação. Não existem incentivos fiscais que compensem as perdas do caráter individual e meramente econômico da propriedade.

Ouro Preto não utiliza plenamente as poucas ferramentas jurídicas que a Constituição e os Estatutos provêm: as leis de incentivo fiscal são pouco utilizadas. A Lei Rouanet e as leis estaduais de incentivo à cultura são pouco divulgadas entre as empresas da região. Apesar de Ouro Preto ter sido a quarta maior em números e valores dos projetos beneficiados pelo incentivo fiscal estadual, poucos foram os projetos voltados à conservação do patrimônio, direta ou indiretamente (como os projetos educacionais para divulgar a importância da preservação entre os jovens). E principalmente não existe uma política de incentivos fiscais municipal, que atue de modo local, com as pequenas empresas e comércio da região.

Outro problema enfrentado por Ouro Preto é o não cumprimento dos contratos com as diversas organizações internacionais. Além de não estar cumprindo com o custoso compromisso assumido com a UNESCO de preservar a caracterização barroca da cidade, Ouro Preto não tem cumprido com os prazos e pagamentos da associação a OWHC, cuja parceria seria muito útil para a busca de soluções de modo conjunto com outras cidades na mesma situação ou situação semelhante.

### **3.3 – Os Problemas Políticos**

Um dos principais problemas da preservação do patrimônio cultural, é o financiamento. Mas mesmo para países pobres, o financiamento para grandes projetos pode ser encontrado se uma vez que estes contribuem de algum modo para a economia local. É também uma questão de decisões políticas, que determinam como as fontes disponíveis de financiamento serão utilizadas. Não é, então uma questão de dinheiro e sim de política que disponibilizará fontes de financiamento. Na realidade, é preciso que as decisões sobre a preservação do patrimônio cultural fiquem acima de disputas políticas locais, decisões da minoria dominante, elites econômicas, etc. É preciso que toda a população participe das decisões sobre a preservação e que todos os agentes relevantes estejam devidamente representados nos conselhos municipais do patrimônio histórico, garantindo a participação e o comprometimento de todos.

Sobre as limitações do governo local, o governo municipal deve ser responsável pela regulamentação de construções, porém muitos governos são fracos no aspecto político, o que cria planos de desenvolvimento urbano negligentes, e má utilização dos recursos. Em muitos lugares, as avaliações das propriedades não são mantidas atualizadas, o que diminui muito a renda proveniente de impostos que é tão necessária nessa área. Em Ouro Preto a esse fato soma-se o fato do Plano Diretor, existente há seis anos, ainda não ter sido aplicado à cidade.

Em Ouro Preto, a forte oposição da Câmara dos Vereadores à atual prefeita, acusada de corrupção, tem brechado a aprovação da maioria dos projetos, ora por parte da prefeitura, ora por parte da Câmara, prejudicando a vida dos cidadãos como um todo.

A participação sempre crescente da iniciativa privada no desenvolvimento turístico diminui o papel do governo no sentido operacional, mas não no de controle de gestão. O governo ainda detém a responsabilidade pela aceitação completa do turismo que

desenvolve, assim como a responsabilidade coletiva de assegurar que os benefícios auferidos do turismo, até mesmo os financeiros, sejam obtidos mediante a satisfação, em primeiro lugar, das necessidades sociais, culturais e ambientais. É preciso um processo de planejamento que incentive a ampla participação pode gerar atividade social e apoio popular, os quais podem melhorar a qualidade de vida nos espaços públicos de uma cidade e promover a reabilitação de grandes complexos de prédios.

### **3.4 – Os Problemas Culturais**

A perda de espírito público tem a ver com o significado da cidade. Antigamente, uma cidade era a personificação física de uma comunidade e sua cultura. Atualmente, muitas são vistas apenas como uma fonte potencial de lucro. Praticamente qualquer invasão do panorama urbano é bem vinda, se puder gerar lucros. Os espaços que deveriam ser designados para um público amplo tornaram-se dominados por usos restritos e exclusivos. Na cidade de Ouro Preto, o trânsito de caminhões pesados no centro histórico, antes proibido, foi liberado, uma vez que as pousadas e supermercados numerosos precisam ser supridos para atender o grande número de turistas. Porém, como se observou no final do ano de 2002, quando um caminhão desgovernado destruiu um importante chafariz barroco que acabara de ser restaurado (Chafariz do Pilar), a discussão sobre o espaço público e o privado e as leis de preservação do patrimônio tornaram-se conhecidas do grande público.

Em 1975, o programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas pretendia criar linhas de crédito especiais para a restauração dos imóveis destinados ao aproveitamento turístico, a concessão de incentivos tributários e a formação de mão-de-obra especializada em restauro, incentivou a criação de várias pousadas nos anos seguintes nessas cidades.

Existe uma preocupação entre os estudiosos do turismo quanto aos efeitos da implantação e do desenvolvimento da atividade turística em uma região. A preocupação inicial está ligada às conseqüências do crescimento acelerado e desordenado. A outra preocupação tem a ver com as mutações sócio-culturais, ligadas à introdução de novos valores e do rompimento do ciclo de pobreza. Geralmente, propagandas maciças sobre uma determinada região geram uma invasão de turistas, um aumento considerável da demanda que, na maioria das vezes, não é acompanhado por um planejamento adequado

das instalações para receber os visitantes e geralmente não conta com a participação da população nativa.

Em Ouro Preto, três das grandes formas de vida – Arte, Religião e História – fundem-se na moldura barroca da cidade, que vem sendo destruída, não obstante os esforços do IPHAN, UNESCO e demais organizações para manter a fisionomia tradicional da cidade. As edificações, proliferando pelo morro do Gambá e a ladeira do Vira-Saia, a qual conduz à Igreja de Santa Efigênia, e as favelas como a do bairro São José, estão desfigurando o conjunto paisagístico de Ouro Preto. Por outro lado, a venda de bens culturais móveis, tais como candelabros e imagens sacras provenientes das igrejas e capelas de Ouro Preto e região tem preocupado as autoridades do IPHAN, que buscam catalogar o máximo de objetos possíveis, para evitar que estes saiam do país em caso de roubo. Ou que sejam identificados em caso de contrabando internacional.

A perda de identidade e a degradação do ambiente em Ouro Preto estão relacionadas com os fatos anteriores. O deslocamento da população, resultante da migração interna, pode destruir o senso de identidade de uma cidade. À medida que o centro perde seus habitantes tradicionais, eles são substituídos por habitantes que não têm ligação emocional ou histórica com o ambiente degradado no qual vivem. Sobre o ambiente degradado, o uso excessivo dos espaços públicos, a decadência da infra-estrutura vital e dos serviços urbanos pode acelerar a deterioração do ambiente. Geralmente esses problemas estão ligados à deterioração correspondente à como a cidade é utilizada.

A preservação de um centro histórico ameaçado deve corresponder às necessidades das pessoas que vivem e que utilizam esses locais. Em geral, deve-se reservar a restauração dos prédios históricos para marcos extraordinários. Já a reabilitação e a reutilização por meio de adaptação, podem oferecer benefícios imediatos e práticos ao público como um todo, um aspecto muito importante dos centros ameaçados por dificuldades econômicas.

## CONCLUSÃO

*"Ouro Preto se inclina com elegância,  
Ouro Preto se inclina, e um dia cairá.  
Nova técnica transfigura a terra,  
Mas os futuros engenheiros e arquitetos  
Não mudarão o corpo de Ouro Preto  
Que ainda se preserva da reforma  
Por sua mesma pobreza e solidão.  
Ouro Preto que para o futuro algum dia voltara,  
Gerando no seu bojo a nova tradição...  
Acelerando a história, a vida deslocou.  
Mas a lenda combate aqui a história.  
Seus espectros e igrejas permanecem  
Pelo ciúme e morte resguardados."*

Murilo Mendes  
Contemplação de Ouro Preto

*Que cultura é essa? Que nação é essa, cujos componentes do seu universo de bens culturais queremos identificar, analisar, conhecer? E, ainda mais, identificar em um momento da trajetória, em que instante de sua inevitável e contínua evolução no tempo? Qual a importância, maior ou menor, que esses referentes patrimoniais terão no desenho projetivo da nação? Por aí, V. Exas. podem ver a dimensão, a densidade, a complexidade dessa conversa.*

O que Aluísio Magalhães disse em 1981, na 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para avaliar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, poderia ter sido dito hoje, uma vez que essa discussão é ainda muito pertinente.

Existe uma grande diferença entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, seja no nível tecnológico, na economia, na situação social e política, e nas relações de dependência. Tudo isso se reflete no domínio dos bens culturais e patrimônio. As relações dos países desenvolvidos com seus bens culturais e patrimônio são diferentes das relações dos países em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, *tudo já está feito*, e o patrimônio passa a ser uma referência longínqua e rica, gratificante, com função de lazer e educação da comunidade à qual pertencem. Nos países em desenvolvimento, *tudo está sendo feito*, ou seja, ao contrário do patrimônio em países desenvolvidos, existe, sim, uma ameaça de que, usando o exemplo de Aluísio Magalhães, uma fábrica de aço seja construída ao seu lado, uma favela se instale em seu entorno, uma vez que os países em desenvolvimento estão construindo a sua economia, estabilizando-a, buscando meios de equilibrar as grandes diferenças sociais, e algumas vezes políticas, para poder, um dia, chegar à confortável situação dos países

desenvolvidos, onde a população tem consciência bastante nítida de seus bens culturais, sua importância e a importância de sua preservação.

Os países desenvolvidos, porém, passaram em sua amarga história recente, por situações muito traumáticas, no que tange bens culturais e patrimônio. Viram a morte de muitos de seus monumentos e templos, o desuso e destruição de representantes importantes de sua história e cultura. Passaram por uma das piores coisas que pode acontecer com uma civilização, que é ter suas peças valiosas históricas roubadas, seus museus saqueados, construções importantes destruídas. É provavelmente a maior perda de todas, a dos bens culturais intangíveis, da cultura, dos costumes, das tradições das incontáveis pessoas que morreram nas horrendas guerras do século XX. Infelizmente a civilização ocidental está cheia de exemplos em que parte da história e cultura de um povo é levada para outro país, mais rico, em nome da salvaguarda e proteção do bem, do valor econômico do bem, ou ainda como símbolo de poder de uma nação sobre a outra. Os países em desenvolvimento, em diferentes níveis, também passaram por essa situação, e ainda continuam nessa lamentável situação. Para preservar seus bens culturais, os países em desenvolvimento acabam por ficar ainda mais dependentes dos países desenvolvidos, uma vez que a maior parte dos investimentos e tecnologia referentes à preservação do patrimônio.

Quando um país indica seu bem para a Lista do Patrimônio Mundial, esse país tem que se comprometer com a UNESCO a garantir a preservação desse bem, inclusive financeiramente. Porém, isso muitas vezes significa empréstimos feitos no exterior, junto ao Banco Mundial, BID e outras grandes instituições. Os empréstimos tomados pelo país são dívidas que o país deve arcar em um futuro não muito distante. É uma situação complexa e delicada, uma vez que ao mesmo tempo em que o país se preocupa com a preservação do bem, também precisa contemplar situações como forte desigualdade social, baixa escolaridade, problemas de falta de estrutura na área de saúde, corrupção, entre outros, o que dificulta, muitas vezes, elaboração de projetos ambiciosos no que tange a conservação de bens culturais, pelo alto custo dos mesmos.

É despropositado, então, pensar na conservação dos bens culturais, em particular no caso de Ouro Preto, como algo imutável, do qual não se deve mudar uma janela de lugar, não se pode trocar uma porta. A conservação deve abarcar o desenvolvimento da cidade, e isso é uma tarefa extremamente difícil. Tombar é uma necessidade, pois concede ao bem cultural a sua condição de permanência legal. Mas ao mesmo tempo é

uma ação restritiva, pois tende a imobilizar o bem. Esse imobilismo confere ao bem um caráter estático. Se o bem cultural tem a característica de ser perene, não tem necessariamente a característica de ser estático, apenas quando é tombado. Ou seja, de nada adianta restaurar uma casa, um casarão, se eles não estiverem direcionados a algum tipo de uso. Se um bem cultural imóvel for restaurado e não for utilizado de modo conveniente, em dez anos, talvez menos, já estará outra vez deteriorado. Ou seja, tombando um bem para preservá-lo e deixá-lo em desuso torna o tombamento sem sentido. É esse caráter de uso que deve estar presente nas discussões a respeito dos bens culturais imóveis, como se vê no casario de Ouro Preto. A aceitação desse tombamento, assim como a preservação do bem cultural é uma questão, também, de conscientização do povo.

No caso de políticas voltadas para a utilização dos bens culturais móveis, uma chama a atenção em um momento inicial: a recuperação para a exploração turística. Existe a preocupação que o turismo pode gerar um processo de desenvolvimento acelerado e desordenado, fazendo com que os bens culturais sofram alteração para pior. É papel do IPHAN evitar que isso aconteça, como instituição capaz de dinamizar, dar continuidade no sentido de trajetória e uso, sem que exista risco de prejuízo e perda de elementos fundamentais que caracterizam a estabilidade do bem cultural. A questão não é dinamizar para o turismo e sim utilizar o patrimônio no sentido social: para o uso comunitário. Não é, de modo algum, um demérito ao turismo, e sim uma questão de mostrar que a ação tem que ser muito mais profunda que apenas o fator turismo.

Em Ouro Preto, a conscientização da população da importância da conservação é um fator de extrema importância, uma vez que o melhor guardião de um bem cultural é o seu próprio dono. Porém é difícil conscientizar uma população que é pobre, às vezes até miserável, do valor inestimável de uma belíssima igreja. É preciso entender a comunidade em seu processo histórico, identificar quais eram os fazeres daquela comunidade, que a levaram a construir aqueles monumentos, e procurar revitalizar aqueles fazeres, uma vez que aqueles fazeres são geradores de riqueza, capazes de resolver até o problema da sobrevivência, fazendo possível entender a importância do conjunto arquitetônico. Isso é especialmente válido para Ouro Preto, uma vez que o turismo hoje é parte importante da economia da cidade, mas Ouro Preto só tem importância turística capaz de atrair turistas em quantidade e qualidade significativa, se

mantiver seu casario, monumentos e igrejas conservados. É preciso incentivar políticas de turismo sustentável, em concordância com os planos de desenvolvimento da cidade.

O turismo sustentável está fundamentado nos princípios de sustentabilidade ecológica (preservação da natureza e biodiversidade ecológica), sustentabilidade social (estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com distribuição mais equitativa da renda), sustentabilidade cultural (necessidade de buscar soluções de âmbito local, considerando a identidade cultural e os modos de vida locais), sustentabilidade econômica (assegurar crescimento econômico para as gerações atuais e, ao mesmo tempo, manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras) e sustentabilidade espacial (distribuição demográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos para evitar a superconcentração de pessoas, de equipamento e de infra-estrutura).

Como possíveis soluções aos problemas atuais estão o patrimônio cultural como um bem prático, a reconciliação das metas de preservação com as necessidades sociais, a recuperação dos espaços para o uso público, o fortalecimento do governo local, além da adoção de uma política de preservação clara e a criação de uma estratégia de financiamento inovadora. Isso associado a respostas coordenadas aos problemas da cidade.

É importante definir as diferenças entre a natureza econômica e jurídica do patrimônio. Uma definição jurídica se refere a um conceito de propriedade. Uma definição econômica tem a ver com utilização do bem, o modo como o bem atende as necessidades do indivíduo ou da comunidade. Para fazer com que as esperanças de reabilitação e proteção sejam alcançadas, a prefeitura deve ser capaz de oferecer incentivos financeiros e não financeiros para privados de preservação e empreendedores. Os municípios devem estar preparados para desempenhar uma função ativa no mercado imobiliário com acesso a quaisquer lucros que estas ações possam gerar.

A análise econômica poderia considerar o grau de eficiência na gestão dos recursos patrimônios. O objetivo continua cultural, de modo que, se por acaso muitas ações viessem a se apresentar, a escolha não depende mais da economia, mas sim da salvaguarda dos recursos patrimoniais. O objetivo cultural não é incompatível com a realização dos objetivos econômicos, sendo possível de avaliar a complementaridade

dos objetivos culturais e econômicos e de formular políticas culturais que sirvam tanto ao bem estar econômico quanto ao social.

Cidades históricas podem se sustentar se forem respaldadas por manutenção adequada e política clara que promova a reutilização por meio da adaptação. As cidades, em colaboração com grupos privados de preservação, fundações, ou outras organizações podem patrocinar campanhas de conscientização pública para gerar o entusiasmo e apoio necessários para a implantação de tais planos. O apoio internacional é útil e bem vindo, mas somente uma população local pronta e determinada a salvar seu próprio urbano pode salvar seus bens culturais.

Os donos e guardiões dos monumentos são muito importantes para a preservação de suas propriedades. Algumas vezes são responsáveis “mais ou menos” por “acidente”, ou seja, herdaram a propriedade. É preciso torná-los orgulhosos do seu patrimônio e torná-los bons “embaixadores” do patrimônio em geral. É preciso pensar não apenas nos donos *pessoa física* do patrimônio, mas também nos donos *pessoa jurídica*, como a igreja, empresas particulares, ou instituições públicas. No entanto, é caráter de bem coletivo, o mais importante do patrimônio cultural, uma vez que a população é a base para uma política de conservação com reais efeitos sobre a sociedade.

É preciso que Ouro Preto viva não somente de seu passado, mas também de um presente revitalizador que permita a sobrevivência dos valores desse passado. A cidade de Ouro Preto é um bem cultural, precisa ser vivível.

"LIBERTAS QUÆ SERA TAMEN"  
Tomás Antônio Gonzaga

## **BIBLIOGRAFIA**

MATHIEU, Catherine Marie. **DO MUSGO Á PEDRA: Métodos de Valoração Contingente Aplicados ao Patrimônio Histórico**. 2002. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.

NOGUEIRA, Antonio G. R. **O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e a Redescoberta do Brasil**. 1995. Departamento de História, PUC, São Paulo.

LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo C. **Economia do Turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

FITCH, James M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. 1981. São Paulo: Ediusp.

OLIVEIRA, F. **Morte da Memória Nacional**. 1967. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MAGALHÃES, Aluísio. **E o Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil**. 1985. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

VILAÇA, Marcos V. **Cultura e Estado**. 1985. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura.

DELAFONS, John. **Politics and Preservations**. 1997. London: E & FN SPON.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico M. S. **Bens Culturais e Proteção Jurídica**. 1997. Porto Alegre: EU/Porto Alegre.

OLIVEIRA, Myriam A R. La situation du Patrimoine au Brèsil. In: **Premières Rencontres du Patrimoine Amérique latine-Europe**. 1996. Paris: Pierre Nova.

BOUCHENAKI, M. Patrimoine et solidarité internationale. In: **Premières Rencontres du Patrimoine Amérique latine-Europe**. 1996. Namur: Presses Universitaires.

BURMAN, Peter. <<Common ground>>: involving the community in the preservation and interpretation of historic places. In: **Premières Rencontres du Patrimoine Amérique latine-Europe**. 1996. Namur: Presses Universitaires.

LUXEN, Jean-Louis. Patrimoine et tourisme. In: **Premières Rencontres du Patrimoine Amérique latine-Europe**. 1996. Namur: Presses Universitaires.

OST, Christian. La conservation du Patrimoine architectural comme outil de développement économique. In: **Premières Rencontres du Patrimoine Amérique latine-Europe**. 1996. Namur: Presses Universitaires.

BREDERODE, Emil R. The importance of an awareness programme in a conservation strategy. In: **Premières Rencontres du Patrimoine Amérique latine-Europe**. 1996. Namur: Presses Universitaires.

GUILLAUME, Marc. Économie et patrimoine. In: **Entretiens du Patrimoine**. 1994. Paris: Mission des relations publiques et des Affaires internationales.

TRIGO, Luiz G. G. **O Turismo no Espaço Globalizado**. In: Turismo. Modernidade. Globalização. 2000. São Paulo: Hucitec.

RODRIGUES, Marli. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: **Turismo e Patrimônio Cultural**. 2000. São Paulo: Hucitec.

MAGALDI, Cássia. O Público e o Privado: Propriedade e Interesse Cultural. In: **O Direito à Memória**. 1992. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo.

MENESES, Ulpiano T. B. O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado. In: **O Direito à Memória**. 1992. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo.

PICKARD, Robert; THYSE, Mikhâel. The management of historic centres: towards a common goal. In: **Management of Historic Centres**. 2001. London: SPON PRESS.

BACAL, Sarah S.; MIRANDA, Sonia M. A. Impacto do Turismo nos Núcleos Receptores. In: **Turismo e Desenvolvimento Local**. 2000. São Paulo: Hucitec.

SILVEIRA, Marcos Aurélio T. Planejamento Territorial e Dinâmica Local: Bases para o Turismo Sustentável. In: **Turismo e Desenvolvimento Local**. 2000. São Paulo: Hucitec.

UNESCO, **Trails to Treasures – A Tour of South America’s Cultural Heritage**. 2001. World Monuments Fund – US/ICOMOS

Patrimônio Histórico de São Paulo. **O Direito à Memória**. 1992. São Paulo: Prefeitura de São Paulo.

Division du Patrimoine et Presses de Namur. **Études et Documents, Monuments et Sites 3**. 1996. Bélgica.

<http://www.unesco.org>

<http://www.unesco.org.br>

<http://whc.unesco.org>

<http://www.heritagepreservation.org/>

<http://www.ceci-br.org/>

<http://www.iccom.org>

<http://databases.unesco.org/icomos/>

<http://www.iadb.org/>

<http://www.culturelink.org/>

<http://www.unesco-sweden.org/>  
<http://www.ovpm.org/index.asp>  
<http://www.undp.org/>  
<http://sos-monuments.upc.es/>  
<http://www.virtualheritage.net/>  
<http://library.iccrom.org/libris/>  
<http://www.geocities.com/rainforest/9468/pgspatr.htm>  
<http://www.unesco.org.uy/patrimonio/>  
<http://www.cultura.gov>  
<http://www.mre.gov.br/>  
<http://www.planejamento.gov.br/>  
<http://www.iphan.gov.br/>  
<http://www.ibge.gov.br/>  
<http://www.ouropreto.mg.gov.br/>  
<http://www.cultura.mg.gov.br/>  
<http://www.iepha.mg.gov.br>  
<http://www.prodam.sp.gov.br/dph/links/index.htm>  
<http://www.bcinc.ca>  
<http://www.idasbrasil.com.br/oficialouropreto/>  
<http://www.em.ufop.br/>  
<http://www.usp.br/cpc/>  
<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa.html>  
<http://www.olam.com.br/abstract2/baca.htm>  
[http://www.unb.br/fau/pos\\_graduacao/dissertacoes/jose\\_leme.htm](http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/dissertacoes/jose_leme.htm)  
<http://www.funalfa.art.br/>  
<http://www.arq.ufmg.br/ia/>  
<http://www.ouropreto.com.br/>  
<http://www.diamantina.com.br/>  
<http://www.ouropreto-ourworld.jor.br/>  
<http://www.estadao.com.br/>  
<http://www.uol.com.br>  
<http://www.revistamuseu.com.br/>